

CONVITE – CONSULTA PRÉVIA

**Serviços de assessoria, informações jurídicas e
contencioso, na área da Contratação Pública**



ESPINHO
CÂMARA MUNICIPAL



ER-0089/2015

CONVITE – CONSULTA PRÉVIA			
	NOME DO PROCEDIMENTO	Serviços de assessoria, informações jurídicas e contencioso, na área da Contratação Pública	
	NIPG	9546/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão Económico-Financeira	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-34 06

Cláusula 1.ª | Objeto do procedimento

1. O objeto do presente procedimento consiste na aquisição de serviços de assessoria, informações jurídicas e contencioso, na área da Contratação Pública, em conformidade com o previsto no caderno de encargos e no Código dos Contratos Públicos (CCP - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; na sua redação em vigor).
2. A presente aquisição de serviços encontra-se classificada no vocabulário comum para os contratos públicos (CPV) instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008, com o código CPV 79140, designado de Serviços de Assessoria e Informação Jurídica.
3. O procedimento segue o disposto nos artigos 112.º a 127.º do CCP.

Cláusula 2.ª | Entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante é o Município de Espinho, sito na Praça Dr. José de Oliveira Salvador, Apartado 700, 4501-901 Espinho, pessoa coletiva número 501158740, telefone n.º 227335800, fax n.º 227335852 e com o endereço de correio eletrónico contratacao publica@cm-espinho.pt e sítio eletrónico: <http://www.cm-espinho.pt>.
2. A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante para todas as comunicações no âmbito do presente www.acingov.pt.

Cláusula 3.ª | Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por Despacho CP N.º 151/2022, de 4 de novembro, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, no exercício das competências próprias, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril).

Cláusula 4.ª | Fundamentação da escolha do procedimento

O procedimento para a formação deste contrato de aquisição de serviços, na modalidade de avença mensal, é o ajuste direto, em função de critério material, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.

Cláusula 5.ª | Preço base

O preço base mensal é de 2.499,00€ (dois mil quatrocentos e noventa e nove euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao valor máximo a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

Cláusula 6.ª | Órgão competente para prestar esclarecimentos

A prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento é da competência da Divisão Económico-Financeira.

	CONVITE – CONSULTA PRÉVIA		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Serviços de assessoria, informações jurídicas e contencioso, na área da Contratação Pública	
	NIPG	9546/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão Económico-Financeira	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-34 06

Cláusula 7.^a | **Esclarecimentos, Erros e Omissões**

- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- No prazo estabelecido no número anterior, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
- Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao prazo fixado para a apresentação das propostas.
- O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros e das omissões aceites.
- Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao dia anterior ao prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste último caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
- Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.
- Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 8.^a | **Documentos que constituem a proposta**

- A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** ao presente convite, do qual faz parte integrante;
 - Garantia de imparcialidade, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo III** ao presente convite;
 - Proposta elaborada de acordo com as obrigações contratuais definidas no caderno de encargos, em conformidade com o modelo de indicação do preço contratual constante do **anexo IV** ao presente convite.
- A elaboração da proposta obedece ao disposto nos artigos 58.º e 62.º do CCP.
- Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo concorrente ou pelo(s) representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) vincular, de acordo com os números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Cláusula 9.^a | **Propostas variantes**

Não é admitida em caso algum a apresentação de propostas variantes.

	CONVITE – CONSULTA PRÉVIA		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Serviços de assessoria, informações jurídicas e contencioso, na área da Contratação Pública	
	NIPG	9546/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão Económico-Financeira	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-34 06

Cláusula 10.^a | Modo e prazo de apresentação da proposta

1. A proposta deve ser apresentada até às 23:59, do 2.º dia a contar da data do envio do convite e de acordo com o n.º 3 do artigo 470.º do CCP.
2. A proposta e os documentos que a acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas no número anterior.
3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número um, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

Cláusula 11.^a | Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 90 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 12.^a | Critério de não adjudicação

1. Por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho que regulamenta a Lei n.º 8/2012, 21 de fevereiro (LCPA), considera-se causa de não adjudicação a situação de inexistência de fundos disponíveis por parte do Município, que a aplicação daquelas leis surpreender na altura em que a mesma deva ocorrer.
2. O procedimento extingue-se se, por motivo superveniente, não for possível a obtenção de fundos disponíveis, no período de validade das propostas.

Cláusula 13.^a | Documentos de habilitação

1. No prazo de 5 dias úteis após a notificação da decisão de adjudicação, deverá o adjudicatário apresentar os seguintes documentos, constantes do artigo 81.º do CCP e outros, abaixo referidos:
 - a. Declaração elaborada de acordo com o modelo constante do **anexo II** ao presente convite, do qual faz parte integrante;
 - b. Declaração de não dívida à Segurança Social ou código de acesso;
 - c. Declaração de não dívida às Finanças ou código de acesso;
 - d. Registo criminal da pessoa singular;
 - e. Documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a prestação dos serviços em causa, designadamente o curriculum vitae e o comprovativo de inscrição ativa na Ordem dos Advogados (cédula profissional).
 - f. Indicação do IBAN (International Bank Account Number), para efeitos de pagamento.
2. O documento referido na alínea a) do número anterior deverá ser assinado de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Caso se verifique alguma irregularidade nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º, será concedido um prazo de dois dias para supressão da(s) irregularidade(s) detetada(s).

	CONVITE – CONSULTA PRÉVIA		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Serviços de assessoria, informações jurídicas e contencioso, na área da Contratação Pública	
	NIPG	9546/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão Económico-Financeira	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-34 06

Cláusula 14.^a | **Caução**

Não é exigida a prestação de caução, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 15.^a | **Preço anormalmente baixo**

O preço ou custo da proposta será considerado anormalmente baixo quando esse preço mensal for inferior a 2.000,00€. A definição deste preço resulta da comparação do preço contratual do anterior contrato e do acréscimo da nova obrigação contratual, para os efeitos determinados no n.º 1 do artigo 71.º do CCP.

Cláusula 16.^a | **Contrato**

1. De acordo com o n.º 1 do artigo 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
2. As despesas decorrentes da celebração do contrato, constantes da Tabela de Taxas do Município, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 17.^a | **Publicitação e eficácia do contrato**

De acordo com o n.º 3 do artigo 127.º do CCP, a publicitação da celebração do contrato no portal dos contratos públicos é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

Cláusula 18.^a | **Outras disposições**

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Cláusula 19.^a | **Prevalência**

Nos termos do artigo 51.º do Código dos Contratos Públicos, as normas relativas às fases de formação e de execução do contrato constantes do referido código, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Cláusula 20.^a | **Avaliação de fornecedores**

A adoção de um sistema de gestão da qualidade é uma decisão estratégica do município de Espinho que visa a melhoria contínua e a satisfação de todas as suas partes interessadas, pelo que o adjudicatário deste procedimento poderá vir a ser avaliado com base nos critérios constantes nos procedimentos do sistema de gestão, implementado de acordo com a norma ISO 9001:2015, entre os quais prazo, qualidade técnica, reclamações e outros que se considerem relevantes para o sistema.

CONVITE – CONSULTA PRÉVIA			
	NOME DO PROCEDIMENTO	Serviços de assessoria, informações jurídicas e contencioso, na área da Contratação Pública	
	NIPG	9546/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão Económico-Financeira	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-34 06

Cláusula 21.^a | **Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente convite, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP – na sua redação em vigor) e demais legislação aplicável.

Espinho, 4 de novembro de 2022

O Presidente da Câmara Municipal,



Miguel Reis
PRESIDENTE DA CÂMARA
Nº Func.:1766 04-11-2022
Assinatura Digital Qualificada

CONVITE – CONSULTA PRÉVIA			
	NOME DO PROCEDIMENTO	Serviços de assessoria, informações jurídicas e contencioso, na área da Contratação Pública	
	NIPG	9546/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão Económico-Financeira	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-34 06

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável, todos do CCP]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal da pessoa coletiva e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo – quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer

	CONVITE – CONSULTA PRÉVIA		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Serviços de assessoria, informações jurídicas e contencioso, na área da Contratação Pública	
	NIPG	9546/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão Económico-Financeira	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-34 06

procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

	CONVITE – CONSULTA PRÉVIA		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Serviços de assessoria, informações jurídicas e contencioso, na área da Contratação Pública	
	NIPG	9546/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão Económico-Financeira	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-34 06

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal de pessoa coletiva e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

	CONVITE – CONSULTA PRÉVIA		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Serviços de assessoria, informações jurídicas e contencioso, na área da Contratação Pública	
	NIPG	9546/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão Económico-Financeira	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-34 06

ANEXO III GARANTIA DE IMPARCIALIDADE

Em cumprimento do estabelecido no Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de janeiro (CPA), na redação atual, conjugado com a Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos:

[inserir o nome do representante legal da firma], titular do documento de identificação civil n.º [inserir o n.º do documento de identificação civil], residente [inserir morada completa], com o número de identificação fiscal [inserir n.º de identificação fiscal], na qualidade de representante legal da empresa [inserir o nome da firma], com o número de identificação de pessoa coletiva [inserir o n.º de identificação fiscal], e sede [inserir morada completa], declara, sob compromisso de honra de honra, que:

- O capital da empresa não é detido numa percentagem superior a 10% ou cuja percentagem de capital detida seja superior a 50.000€, por um titular de órgão de soberania ou titular de cargo político, ou por alto cargo público de âmbito nacional;
- O capital da empresa não é detido numa percentagem superior a 10%, ou cuja, percentagem de capital detida seja superior a 50.000€, por seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, ou a pessoa com quem viviam em união de facto, os seus ascendentes e descendentes em qualquer grau e os colaterais até ao 2.º grau, bem como aquele que com ele viva em união de facto, do órgão de soberania ou titular de cargo político, ou por alto cargo público;
- O capital da empresa não é detido direta ou indiretamente, por órgão de soberania ou titular de cargo político, ou por alto cargo público, ou conjuntamente com os familiares referidos na alínea b), uma participação não inferior a 10% ou cuja percentagem de capital detida seja superior a 50.000€;
- Qualquer alteração ao conteúdo das alíneas supramencionadas será comunicada, por escrito, no prazo de 10 dias, após a ocorrência do facto que originou a respetiva alteração.

[Inserir local, datar e assinar digitalmente]

	CONVITE – CONSULTA PRÉVIA		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Serviços de assessoria, informações jurídicas e contencioso, na área da Contratação Pública	
	NIPG	9546/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão Económico-Financeira	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-34 06

ANEXO IV

MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

(a que se refere a alínea c) do n.º 1 da Cláusula 8.ª do convite)

[Identificação, NIF, número da cédula profissional, morada e outros elementos que considere importantes], depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do procedimento para a aquisição de serviços de serviços de assessoria, informações jurídicas e contencioso, na área da contratação pública, bem como de todas as condições estabelecidas no convite e no caderno de encargos, obriga-se a prestar todos os serviços que constituem o objeto do presente procedimento, pelo preço mensal de [indicar o valor em numerário e por extenso], iniciando-se a sua vigência no dia útil seguinte à data da sua outorga, com prazo de oito meses, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos.

A todos os preços supramencionados incidirá, assim, o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor de xx [indicar] %.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se encontra prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[datar e assinar o documento]